

COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: REFLEXOS PÓS-IFRS EM EMPRESAS BRASILEIRAS

Matheus Thadeu de Barros Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
matheusthadeu@gmail.com

Donizete Reina
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Donizete.reina@ufes.br

Silvio Freitas da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
silviofreitas_17@hotmail.com

Ricardo dos Santos Dias
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
ricardodossantosdias@gmail.com

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi identificar os níveis de comparabilidade das práticas contábeis adotadas pelas empresas que compõem o índice IBRX-50. O objeto da pesquisa são os CPC 16; CPC 27; CPC 04 e CPC 38. A pesquisa é descritiva enquadrada como qualitativa e quantitativa, abrangendo o período de 2013 até 3º trimestre de 2014. Utilizou-se o teste *T Index* desenvolvido por Taplin (2004) e utilizado por Reina, Silva e Reina (2014). Conforme resultados, a comparabilidade do CPC 16 são críticos. Os CPCs 27 e 04 não obteve variação significativa, o CPC 38 com o menor índice de comparabilidade e o que obteve a maior queda, destacam-se os disponíveis para venda, e os empréstimos e contas a receber, respectivos. Em relação à comparabilidade setorial, o setor de BI e CNC destacam-se com altos índices de comparabilidade, porém, os setores de F&O, PG&B e UT são os setores que menos divulgam.

Palavras-chave: Comparabilidade contábil, Normas internacionais, Pronunciamentos contábeis.

Introdução

Fornecer informações para as tomadas de decisões, tanto para usuários internos, como para os externos, é umas das funções da contabilidade, por isso, a fim de harmonizar as demonstrações financeiras a padrão internacional, a legislação alterou critérios de mensuração, avaliação e divulgação com advento da lei 11.638/07, no qual iniciou o processo de convergências as *Internacional Financial Reporting Standard* – IFRS.

Segundo Souza *et al.* (2013) foram identificados mudanças nas práticas contábeis das empresas, visto que, foram identificadas nos 5 (cinco) setores da economia, uma aumento



relevante nas notas explicativas no que tange as políticas contábeis. O objetivo da padronização internacional é de tornar as demonstrações financeiras mais confiáveis, aumentando o poder explicativo dos valores patrimoniais e financeiros, a fim de que, auxiliem investidores internacionais (SANTOS RAIMUNDINO e SOUZA, 2007).

De acordo com o CPC 00 - Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, são características qualitativas fundamentais das demonstrações financeiras: a relevância e a representação fidedigna. E a compreensibilidade, a tempestividade, a confiabilidade e a comparabilidade são características qualitativas de melhoria da informação útil.

Conforme descrito no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a finalidade dos relatórios contábeis é demonstrar a posição patrimonial e financeira, no qual seja possível analisar dados e elaborar indicadores de desempenho para entidade.

Na literatura, alguns questionamentos ainda precisam de respostas, como: conseguir comparabilidade em diferentes regimes de harmonização; garantir a execução comparável de um único conjunto de normas em diferentes jurisdições; harmonização com incentivos e processos cognitivos (KANG e STULZ, 1997); que outras informações os investidores precisam e sua relação com a base de medição; a melhor maneira para fornecer as medidas alternativas de informação; papel para o modelo de negócio ou a intenção de medição dos relatórios financeiros; apresentação de um valor, que reflita os efeitos do modelo de negócios, intenção, e, sinergias úteis e previsíveis para os investidores; e diferenças entre as bases de medição e seus reflexos nas demonstrações financeiras para clarificar a sua leitura para os usuários das mesmas (BARTH, 2014, p. 349). Para Taplin (2011) é possível debater os méritos de obrigar todas as empresas a elaborar contas que são comparáveis entre si. No entanto, é difícil argumentar que ninguém esteja interessado na medida em que as contas de empresas diferentes são comparáveis.

Por isso a motivação deste estudo, por entender que as demonstrações contábeis necessitam ser apresentadas com as características qualitativas fundamentais e as de melhoria da informação útil citadas no CPC 00, juntamente com a clareza e a definição do CPC 26. O presente estudo tem como pergunta de pesquisa: Qual o nível de comparabilidade das práticas contábeis das empresas da BM&Fbovespa?

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as demonstrações e conferir o nível de comparabilidade das práticas contábeis, pois, devido à instrução normativa N°. 457 da Comissão de valores mobiliários (CVM) é obrigatório evidenciar as demonstrações em IFRS após o exercício findo em 2010.

A presente pesquisa tem como proposta motivadora, apresentar um estudo comparativo-analítico em continuidade ao estudo de Reina, Silva e Reina (2014) em forma de identificar um padrão de evidenciação, assim como testar o teste T index como referencia para o contexto brasileiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Devido a internacionalização do capital, Souza *et al.* (2003) já previam a necessidade de harmonizar a uma norma internacional, porém, pontuavam como entrave, as inúmeras normas contábeis e as diferenças existentes entre as normas e as práticas contábeis.



A conversão às IFRS de contabilidade é um processo em que, cada elemento contábil será suprido gradativamente, Segundo Santos e CIA (2009), converter as normas brasileiras para normas internacionais é critério essencial na disputa de mercado cada vez mais competitiva.

Souza, Botinha e Silva (2014) verificaram o grau de comparabilidade das escolhas contábeis definidas após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento, e constataram nas empresas brasileiras e portuguesas uma comparabilidade baixa, com o recuo de valores ao longo dos anos, entretanto, apesar de Portugal obter experiência com IFRS, o Brasil obteve índice melhores.

Conforme o aquecimento do mercado internacional e a competitividade (LOPES, 2003; OLIVEIRA e LEMES, 2011; MARTINS e PAULO, 2010), e também considerando a relevância das demonstrações financeiras para os usuários (SANTOS, STAROSKY FILHO e KLANN, 2014; SANTOS e CIA, 2009). Há a necessidade de aprimorar o *disclosure*, uma vez que, se trata de um tema que apesar de gerar desconforto para muitos, devido à complexidade de mensurá-lo e divulgá-lo, é de extrema importância para análise dos investidores, tanto internos, como os externos. Por exemplo, empréstimos, investimentos, juntamente com ativos e passivos financeiros, que após a adoção das normas internacionais devem ser mensurados a valor justo.

Barth (2013, p. 5) argumenta que “a mensuração desempenha papel importante em termos de comparabilidade que é muitas vezes esquecida. E, que a padronização de relatórios focados nos elementos financeiros item a item não necessariamente ajuda a conseguir a comparabilidade.” (Tradução Nossa).

Segundo as conclusões de Klann, Cunha e Toledo Filho (2010) a promulgação da lei 11.638/07 e a emissão do CPC 14 – Instrumentos financeiros, colaboraram para tornar a evidenciação das demonstrações mais confiáveis para os investidores internos e externos.

Segundo Reina, Silva e Reina (2013) após a adoção das normas internacionais, à mensuração e avaliação dos estoques, os instrumentos financeiros mantidos para venda, são críticos os índices de comparabilidade, concluíram que não houve evolução nos índices de comparabilidade das informações contábeis.

Logo, pode-se perceber que os resultados obtidos não são homogêneos, visto que, uns autores destacam para o aumento na relevância ou elevação da informação contábil, como por exemplo, segundo KLAN ET AL. (2010) houve superávit na relevância da informação. Já no caso do arrendamento mercantil, o valor do *impairment*, propriedade para investimento e o custo do empréstimo que tiveram aumento no poder de explicação, como também, o ganho informacional no Lucro Líquido – LLPA (MACEDO, MACHADO e MACHADO, 2013).

Todavia, outros autores concluem estagnação da convergência, em linhas gerais, pontos negativos que não contribuem para a convergência contábil, como o caso de Goiana/GO, no qual mais de 50% das demonstrações foram apresentadas de forma inadequada (MACHADO, FLORESTA e MACHADO, 2014). Como também, a situação crítica referente à comparabilidade da informação contábil (REINA, SILVA e REINA, 2013), ou para, o caso do CRC-MG, em que, dos 102 entrevistados, mais de 50% não concordaram com a adoção das normas internacionais, alegando serem confusas (CARVALHO e COLARES, 2013).

2.1. Convergência das Normas Internacionais



O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da resolução Nº. 1.055/2005 instituiu o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no qual tem por objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos contábeis técnicos acerca das normas internacionais.

A Comissão de valores mobiliários – CVM, através da IN. Nº. 457/2007 resolveu que, a partir do exercício findo em 2010, as empresas deveriam apresentar os demonstrativos contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais.

O aquecimento do mercado de capital dos últimos 10 anos, associados à globalização e a facilidade nas transações de capital, fez se necessário um padrão de informação, e sendo as demonstrações contábeis a linguagem dos *bussines*, torna-se imprescindível que os relatórios possibilitem aos investidores, analisar o *accounting disclosure* com confiabilidade e transparência, com objetivo de reduzir as distorções derivados de normas particulares de cada país (OLIVEIRA e LEMES, 2011; LOPES, 2003).

Para que as evidenciação em IFRS, não seja apenas uma burocracias, mas que, realmente seja inserida no seio contábil-financeiro das empresas e investidores, o processo gradativo que ocorre em escala mundial é necessário que sejam reconhecidos as complexidades das mudança, ou seja, pode ocorrer *de jure* (direito), mas não *de facto* (facto) (CARMO, RIBEIRO E CARVALHO, 2011). Por isso, a necessidade de se continuar a análise da comparabilidade da informação contábil, dada a relevância que representa aos usuários das informações (Santos *et al.* 2014).

A lei 11/638/2007 foi o marco inicial desse processo, destacando-se o Brasil dos demais, pois ao contrario dos demais países, o Brasil adotou as normas internacionais, tanto para as demonstrações consolidadas, como também, para as demonstrações individuais (Gonçalves *et al.* 2014).

No mercado contemporâneo, a competitividade instituiu uma demanda de informações rápidas, contudo, que sejam fidedignas e sem viés. É de extrema importância que as demonstrações compreendam real valor de mercado, no qual prevaleça a essência sobre a forma, ou seja, busca nas IFRS base teórica e prática para expor o real valor econômico das empresas (Gonçalves *et al.* 2014).

2.2. Reconhecimento, Mensuração e Divulgação

Segundo Souza *et al.* (2013), o arrendamento mercantil, o valor do *impairment*, propriedade para investimento e o custo do empréstimo tiveram aumento no poder de explicação, e o predomínio do método do custo médio para estoque e a depreciação linear para os imobilizados. Lemes e Silva (2007) destacam como principais pontos de divergências entre o BR - GAAP e as normas internacionais, sendo eles, o imposto de renda diferido e as variações cambiais.

Macêdo *et al.* (2011) analisaram a sensibilidade das demonstrações, motivados pela mudança de critérios de mensuração do ativo imobilizado e do resultado do período, e destacam que somente a variação do imobilizado foi significativo.

Macedo, Machado e Machado (2013) pontua a relação entre a introdução do método de avaliação a valor justo e a redução do conservadorismo, como fonte do ganho informacional no Lucro líquido – LLPA, rompendo o paradigma de que o lucro líquido, sej apenas um valor contábil.

Já Machado, Floresta e Machado (2014) elevam-se o grau de subjetivismo devido às alterações ocorridas nos critérios de reconhecimento e evidenciação de alguns ativos e passivos, com mudanças das práticas contábeis. Outrora, a própria legislação brasileira interferia nas práticas contábeis, como exemplo, as taxas de depreciação e a vida útil dos bens, entretanto, após as adoções das normas internacionais, foram acrescentados maior autonomia as práticas contábeis (Machado *et al.*, 2014).

2.3. Novo Mercado

O mercado de capitais brasileiro vem crescendo no âmbito internacional, empresas em processo de fusão, incorporação, tornaram o mercado competitivo (SILVA *ET AL.*, 2003).

A globalização fez necessário mudar a estrutura econômica de vários países, foram abertos os mercados para a captação de recursos (Lopes, 2003). A sobrevivência de uma empresa no mercado internacional depende da sua capacidade de captar recursos e investi-los de formar a render para as empresas e para os investidores (Martins e Paulo, 2010).

E necessário que, o *business combination* seja com base em demonstrações contábeis confiáveis, para isso é necessário que todos possuam a mesma norma, ou seja, as demonstrações contábeis possam ser analisadas da mesma forma independente da origem. Segundo Carmo *et al.* (2011) mais de 120 países estão em processo de convergências às normas internacionais.

Mesmo com o crescimento do mercado brasileiro, não havia normas contábeis que contemplassem a combinação de negócios (Lopes, 2003). Silva *et al.* (2003) abordam temas até então não comentados como avaliação de participações em outras sociedades.

2.4. Estudos Assemelhados

Devido às alterações ocorridas por meio da adoção às normas internacionais, Reina, Silva e Reina (2013), pesquisaram de 2010 a 2012 a comparabilidade das informações contábeis das empresas que compõem o índice IBRX-50.

Devido as alterações na legislação societária a fim de aderir as normas internacionais de contabilidade, verificaram os 5 (cinco) setores da economia brasileira, e constaram que houve mudanças nas apresentações das demonstrações financeiras de todos os setores, e que em 2010, foi o período que aumentou significativamente o número de itens nas notas explicativas referente a políticas contábeis (Souza *et al.* 2013).

Após a adoção das normais internacionais de contabilidade, mudaram-se critérios de classificação, mensuração e demonstração, motivados por esse fato, procurou demonstrar a sensibilidade das demonstrações contábeis após a adoção das IFRS tomando como base os ativos permanentes assim obtendo o resultado de que, o resultado do exercício e os valores dos ativos permanentes sofreram alterações, porém somente os ativos permanentes foram estatisticamente significativos (Macedo *et al.*, 2011).

Cerqueira *et al.* (2012) buscaram analisar a relação entre o preço e o retorno das ações das empresas brasileiras, após a adoção das normas internacionais de contabilidade com base no custo atribuído e o valor do *impairment* de ativos tangíveis e intangíveis, e identificaram que, apesar desses itens terem sofrido mudanças no que tange a mensuração, tais não foram percebidos por partes dos investidores brasileiros.



Colocando as IFRS como referência, pelo fato de vários países estarem em processo de conversão as IFRS, verificou-se que, das 137 empresas, nos anos de 2004 e 2005, apenas 2 elaboraram as demonstrações financeiras em IFRS, porém, pontua-se que, as demais pretendiam até 2010 elaborar as mesmas em IFRS, entretanto, destaca-se que, devido a não obrigatoriedade das IFRS, considera, a amostra e o período pequenos (Lemes & Silva, 2007).

Machado *et al.* (2014), procuraram evidenciar o grau de atendimento as IFRS das empresas de Goiânia-GO, no que tange a ativo imobilizado e intangível, incluindo o *leasing* e o teste de *impairment*. Para isso, foram analisadas as demonstrações de 2010 de 35 empresas, dos quais, 51,42% apresentaram de forma inadequada não sendo passíveis de análise, sendo que, das 18 empresas excluídas, 38,89% foram auditadas. Entretanto, destaca-se para o fato de as companhias fechadas cumprirem as IFRS.

Klann, Cunha e Toledo Filho (2010), buscaram evidenciar se as mudanças na legislação provocaram alterações nas participações dos instrumentos financeiros derivativos nos valores totais dos ativos e dos passivos, antes e após a vigência da Lei 11.638/07, identificaram que houve acréscimo significativo na participação dos derivativos nos valores dos ativos e passivos, sendo do ativo superior ao do passivo.

Santos, Raimundini e Souza (2007) asseguram que a visão das IFRS e trazer a contabilidade do âmbito nacional, para o internacional, segundo os autores, arrendamentos financeiros à luz das IFRS, são mais fidedignos, com maior clareza a situação patrimonial, econômica e financeira das empresas arrendatária e arrendada, proporcionado assim, maior qualidade da informação contábil.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico, será demonstrada a classificação dessa pesquisa a metodologia utilizada na pesquisa; (i) classificação do estudo; (ii) População e amostra; e (iii) Procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 Classificações do estudo

O objetivo dessa pesquisa é analisar a comparabilidade da informação contábil, sendo definida como uma característica qualitativa pelo CPC – 00.

A pesquisa se enquadra como qualitativo pelo fato de se basear em fontes secundárias (SOUZA *ET AL.* 2013), cujo o material utilizado são as notas explicativas, pois estas fazem parte do conjuntos das demonstrações contábeis e fornecem informações adicionais de forma narrativas referentes as políticas contábeis das empresas (CPC 26, 2011).

Esta pesquisa é abordada como descritiva e pelo fato de apresentar por meio do resultado informações acerca da característica qualitativa, e quantitativa porque as análises são feitas em cima de um levantamento estatístico (MOREIRA *ET AL.* 2013).

3.2. População e Amostra

Foi utilizada nesta pesquisa a amostra de (REINA, SILVA E REINA, 2013), composto por 47 empresas do Índice IBrX-50 da BM&FBOVESPA, se diferenciando pelo fato de analisar o período de 2013 até o 3º trimestre de 2014, também foram excluídas da amostra as instituições financeiras devido as regulamentações próprias. Na pesquisa de Reina, Silva e Reina (2013) foi



excluída a Ambev da amostra por não publicar as demonstrações, porém no período desta pesquisa, a Ambev publicou suas demonstrações, e portanto foi realocada na amostra, sendo assim, a amostra ajustada é de 37 empresas.

Tabela 1: Empresas que compõem a amostra da Pesquisa

ALL América Latina Logística S.A	Lojas Americanas S.A
Ambev S/A	Lojas Renner S.A
Braskem S.A	MMX Mineração e Metálicos
BR Malls Participações S.A	Marfrig Alimentos S.A
BR Properties S.A	MRV Engenharia e Participações
CCR S. A	Natura Cosméticos S.A
CEMIG	Oi S.A
Cosan S.A. Industria e Comércio	Cia Brasileira de Distribuição
Cia Siderurgia Nacional	PDG Realty S.A
Cyrela Brazil Realty S.A	Petróleo Brasileiro S.A Petrobras
Embraer S. A	Rossi Residencial S.A
Fibria Celulose S.A	Cia Saneamento Básico Estado de São Paulo
Gafisa S.A	Suzano Papel e Celulose S.A
Gerdau S.A	Tim Participações S.A
Cia Hering	Ultrapar Participações S.A
Hypermarcas S.A	Usina Sid de Minas Gerais S.A –Usiminas
JBS S.A	Vale S.A
Klabin S.A	Telefônica Brasil S.A
Kroton Educacional S.A	

Fonte: Adaptado Reina, Silva e Reina (2013).

Assim, pode-se dar continuidade a pesquisa Reina, Silva e Reina (2013) que afirma serem críticos em relação às características estudadas. Dessa forma, poderá verificar se após a pesquisa, os níveis de comparabilidade permaneceram estagnados, avançaram ou retrocederam, pode-se efetuar um comparativo com os dados das duas pesquisas.

Tabela 2 – Empresas separadas em setores

Setor	Sigla	Quantidade	%
Bens Industriais	BI	3	8,11
Construção e Transporte	C&T	7	18,92
Consumo Cíclico	CC	5	13,51
Consumo não Cíclico	CNC	5	13,51
Financeiro e Outros	F&O	2	5,41
Materiais Básicos	MB	8	21,62
Petróleo. Gás e B combustíveis	PG&B	1	2,70
Tecnologia da Informação	TI	0	0,00

Telecomunicações	T	3	8,11
Utilidade Pública	UT	3	8,11
Total		37	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 2 foram apresentadas as empresas segregadas em setores de acordo com seus respectivos negócios principais. São 10 setores, e esses foram retirados do Site da BM&Fbovespa. Desse modo, pode-se verificar a comparabilidade das práticas contábeis de forma mais específica, assim busca-se visualizar os setores que mais divulgam e os que menos divulgam suas práticas contábeis.

3.2. Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

O período escolhido para a pesquisa foi 2013 até o 3º trimestre de 2014, sendo possível comparar com a pesquisa de Reina, Silva e Reina (2013) no qual pesquisou o período em que começou a obrigatoriedade.

O procedimento é documental com base nas notas explicativas das quais foram retiradas do site da BM&Fbovespa. Mas antes de serem analisadas as notas explicativas, fez-se uma leitura dos pronunciamentos técnicos CPC 16 – Estoques; CPC 27 – Imobilizado; CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 38 – Instrumentos financeiros. Para a coleta de dados, elaborou-se um *check-list* para permitir a mensuração após a adoção das normas internacionais de contabilidade.

O nível de comparabilidade será obtido através do índice T index elaborado por Taplin (2004) e utilizado por Reina, Silva e Reina (2013) que possibilitará quantificar o grau de comparabilidade. O índice demonstra a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem as demonstrações financeiras comparáveis, por isso, o índice assume 0 (zero) demonstrações não comparáveis e 1 (um) para demonstrações comparáveis, pode-se utilizar até 9 empresas no mesmo país *National Index*, como também em países diferentes *International Index*, sendo essa pesquisa focada no *National index*, pelo qual é representado pelo seguinte equação:

$$T \text{ Index} = \sum_{k=1}^m (PK)^2$$

Onde:

Pk é a proporção de empresas do país que utilizam o método contábil k;

M é a quantidade de métodos contábeis analisados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados da Tabela 3 apresentam as possíveis escolhas contábeis, e as porcentagens referentes ao montante das empresas que optaram por determinada prática contábil, como também, a porcentagem das empresas que não divulgaram a informação, e as que não possuem tal ativo.

O estoque é mensurado predominantemente pelo método de custo, representando 59,5% em 2013 e 56,8% em 2014. De acordo com os dados obtidos referente à avaliação dos estoques, das 3 formas permitidas, percebe-se o predomínio pela escolha do custo médio ponderado com 62,2%

e 56,8%, em 2013 e 2014 respectivos. Entretanto, o que chama mais a atenção é a porcentagem de empresas que não divulgaram, sendo 29,7% e 37,8% em 2013 e 2014 respectivos, tanto para a forma de mensuração, com para a forma de avaliação dos estoques.

As escolhas contábeis referentes aos ativos imobilizados e aos intangíveis são as mais comparáveis entre as empresas pesquisadas. Nota-se unanimidade pela escolha do custo para mensurar os imobilizados, sendo demonstrado por 97,3% em 2013 e 91,9% em 2014, porém, destaca-se o não uso pelo método do custo atribuído. Os intangíveis são mensurados preferencialmente pelo método de custo, representando 94,6% em 2013 e 89,2% em 2014.

O imobilizado e o intangível são os ativos com os maiores índices de comparabilidade média, sendo, 0,9 para o imobilizado e 0,85 para intangível. Em relação à pesquisa de Reina, Silva e Reina (2014), o imobilizado permaneceu estagnado, com o índice médio de 0,9, já a retração dos intangíveis é irrelevante, pois retraiu 0,07.

Tabela 3 - Políticas contábeis adotadas pelas empresas

	2013		Até 3º trimestre de 2014	
	N=37	%	N=37	%
CPC 16 – Estoques				
Mensuração				
Valor de custo	22	59,5%	21	56,8%
Valor realizável líquido	1	2,7%	0	0,0%
Não divulgado	11	29,7%	14	37,8%
Não possui	3	8,1%	2	5,4%
Avaliação				
Preços específico	0	0,0%	0	0,0%
PEPS	0	0,0%	0	0,0%
Custo médio ponderado	23	62,2%	21	56,8%
Não divulgado	11	29,7%	14	37,8%
Não possui	3	8,1%	2	5,4%
CPC 27 – Imobilizado				
Mensuração				
Método de Custo	36	97,3%	34	91,9%
Método de Reavaliação	0	0,0%	0	0,0%
Custo atribuído	0	0,0%	0	0,0%
Não divulgado	1	2,7%	3	8,1%
CPC 04 – Intangível				
Mensuração				
Método de Custo	35	94,6%	33	89,2%
Método de Reavaliação	0	0,0%	0	0,0%
Custo atribuído	0	0,0%	0	0,0%
Não divulgado	2	5,4%	4	10,8%
CPC 38 - Instrumentos Financeiros				
Mensuração				

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Método de custo	0	0,0%	0	0,0%
Valor justo	32	86,5%	30	81,1%
Não divulgado	3	8,1%	6	16,2%
Não possui	2	5,4%	1	2,7%

Disponíveis para venda

Método de custo	0	0,0%	0	0,0%
Valor justo	21	56,8%	19	51,4%
Não divulgado	4	10,8%	7	18,9%
Não possui	12	32,4%	11	29,7%

Derivativos

Método de custo	0	0,0%	0	0,0%
Valor justo	30	81,1%	28	75,7%
Não divulgado	1	2,7%	3	8,1%
Não possui	6	16,2%	6	16,2%

Empréstimos e contas a receber

Custo amortizado	31	83,8%	27	73,0%
Valor justo	0	0,0%	0	0,0%
Não divulgado	3	8,1%	8	21,6%
Não possui	3	8,1%	2	5,4%

Mantidos até o vencimento

Custo amortizado	22	59,5%	20	54,1%
Valor justo	0	0,0%	0	0,0%
Não divulgado	1	2,7%	5	13,5%
Não possui	14	37,8%	12	32,4%

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a lei 6.404/76, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, inclusive os derivativos e os disponíveis para venda, devem ser avaliados a valor justo. O que nota-se nesses ativos pertencentes aos instrumentos financeiros, é o atendimento a tal lei, visto que, tais ativos não foram avaliados pelo método de custo por nenhuma empresa. De acordo com a pesquisa de Reina, Silva e Reina (2014) os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado demonstraram retração na comparabilidade ao longo dos períodos, ao contrario dos ativos disponíveis para venda no qual elevaram o nível de comparabilidade. Os ativos classificados como derivativos são avaliados a valor justo representado 81% em 2013 e 75,7% em 2014, representando uma queda de 5,4%.

Segundo o CPC 38 itens 46A e 46B, ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e os mantidos até o vencimento, respectivamente, devem ser mensurado pelo método do custo amortizado. Nota-se também o atendimento a pronunciamento contábil, pois as empresas não avaliaram estes ativos a valor justo, em 2013 nem em 2014.

As praticas contábeis estabelecidas pela legislação e pelo CPC, foram atendidas no que diz respeito aos instrumentos financeiros. Respeitado as limitações, mas, com tal fato as IFRS estejam sendo verdadeiramente implantada no seio contábil brasileiro (CARMO, RIBEIRO E CARVALHO, 2011)

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado com unanimidade, representando 83,8% em 2013 e 73% em 2014, porém, se destaca é a crescente das empresas que não divulgaram. Fazendo o comparativo com o resultado da pesquisa de Reina, Silva e Reina (2014) foi evidenciado o recuo no índice *National index* ao longo dos períodos, sendo considerado crítico, pois saiu do âmbito da comparabilidade plena para comparabilidade de 0,53 no 3º trimestre de 2014.

Nota-se a soberania do custo amortizado, na avaliação dos ativos mantidos até o vencimento, chama a atenção, o número de empresas que não possuem tal ativo, mas, de acordo com Reina, Silva e Reina (2014) chegou-se ao um leve avanço no índice *national index*.

Tabela 4 – Índice *National Index*

National Index	2013	Até 3º trimestre de 2014
<i>CPC 16 – Estoques</i>		
Mensuração	0,35	0,32
Avaliação	0,24	0,18
<i>CPC 27 – Imobilizado</i>		
Mensuração	0,95	0,84
<i>CPC 04 – Intangível</i>		
Mensuração	0,89	0,80
<i>CPC 38 - Instrumentos Financeiros</i>		
Mensuração		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	0,75	0,66
Disponíveis para venda	0,32	0,26
Empréstimos e contas a receber	0,70	0,53
Mantidos até o vencimento	0,35	0,29
Derivativos	0,66	0,57

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a pesquisa Reina, Silva e Reina (2014), a variação do índice *National index* ao longo dos anos em relação a mensuração e avaliação dos estoques foi mínima, sendo assim, considerada como irrelevantes, podendo classificar como críticos. Ainda resgatando os resultados de Reina, Silva e Reina (2014), a variação positiva do imobilizado é irrisória, mas o retrocesso de 2013 para 2014 não, chegando a 0,11. O intangível retrocedeu de 2012 até 2014 sucessivamente.

Buscando agregar mais conteúdo informacionais a pesquisa, serão apresentados também nas tabelas 5 e 6 os níveis de comparabilidade de forma setorial.

Em relação à mensuração e a avaliação dos estoques, o setor de Bens Industriais (BI) e Consumos não cíclicos (CNC) por terem divulgado todas as informações, atingindo o índice de comparabilidade plena nos dois quesitos. Na contra mão dos dois primeiros, os setores que menos divulgam são Consumos Cíclicos (CC) e Financeiros e Outros (F&O).

Os ativos classificados como imobilizados e intangíveis, se destacam pelo alto índice de comparabilidade nos períodos, exceto em 4 setores no qual não atingiram comparabilidade plena. O Imobilizado, apenas em um setor, o de Financeiros e Outros (F&O), os intangíveis são o setor de Financeiro e outros (F&O) e o de Materiais Básico (MB). O setor de Utilidade (UP) retrocedeu nos dois ativos, e o Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (PG&B) influenciada pela Petrobras, pois esta não divulgou.

Tabela 5 – Índice *National Index* - Setorial 2013

National Index 2013	BI	C&T	CC	CNC	F&O	MB	PG&B	TI	T	UT
<i>CPC 16 – Estoques</i>										
Mensuração	1,00	0,51	0,04	1,00	0,25	0,25	1,00	0,00	0,11	0,22
Avaliação	1,00	0,08	0,06	1,00	0,00	0,24	1,00	0,00	0,30	0,30
<i>CPC 27 – Imobilizado</i>										
Mensuração	1,00	1,00	1,00	1,00	0,25	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00
<i>CPC 04 – Intangível</i>										
Mensuração	1,00	1,00	1,00	1,00	0,25	0,77	1,00	0,00	1,00	1,00
<i>CPC 38 - Instrumentos Financeiros</i>										
Mensuração										
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	0,44	1,00	0,64	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,44
Disponíveis para venda	0,11	0,33	0,36	0,04	0,25	0,56	1,00	0,00	0,44	0,00
Empréstimos e contas a receber	0,44	0,73	0,64	1,00	0,25	1,00	1,00	0,00	0,11	1,00
Mantidos até o vencimento	0,44	0,51	0,16	0,36	0,00	0,39	1,00	0,00	0,44	0,44
Derivativos	1,00	0,33	0,64	1,00	1,00	0,77	1,00	0,00	0,44	0,44

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado avançou de 2013 para 2014, apenas no setor de (BI) aumentando de 0,44 para 1,00. Em contrapartida, a quantidade de setores que retrocederam foi maior, o setor de telecomunicações (T) recuou 0,56, e o setor de (UT) que recuou 0,33, os demais setores permaneceram estagnados.

Os ativos classificados como disponíveis para vendas, tanto em 2013, como também em 2014, são os ativos que possuem os menores índices médios. Houve apenas duas variações, uma negativa e outra positiva, ou seja, o índice do setor de (PG&B) reduziu de 1,00 para 0,00, diferente do setor de (UT) (0,11) que avançou 0,11.

Tabela 6 – Índice *National Index* - Setorial até o 3º Trimestre 2014

National Index	BI	C&T	CC	CNC	F&O	MB	PG&B	TI	T	UT
<i>CPC 16 – Estoques</i>										
Mensuração	1,00	0,51	0,04	1,00	0,25	0,25	0,00	0,00	0,11	0,11

Avaliação	1,00	0,08	0,06	1,00	0,00	0,24	0,00	0,00	0,30	0,04
<i>CPC 27 – Imobilizado</i>										
Mensuração	1,00	1,00	1,00	1,00	0,25	1,00	0,00	0,00	1,00	0,44
<i>CPC 04 – Intangível</i>										
Mensuração	1,00	1,00	1,00	1,00	0,25	0,77	0,00	0,00	1,00	0,44
<i>CPC 38 - Instrumentos Financeiros</i>										
Mensuração										
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1,00	1,00	0,64	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,44	0,11
Disponíveis para venda	0,11	0,33	0,36	0,04	0,25	0,56	0,00	0,00	0,44	0,11
Empréstimos e contas a receber	0,44	0,51	0,64	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,11	0,44
Mantidos até o vencimento	0,44	0,51	0,16	0,36	0,00	0,39	0,00	0,00	0,44	0,11
Derivativos	1,00	0,33	0,64	1,00	1,00	0,77	0,00	0,00	0,44	0,11

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que tange aos índices de comparabilidade, em nenhum dos setores, os ativos classificados como empréstimos e contas a receber avançaram, apenas retrocederam, dos 10 setores, apenas 9 são utilizados, sendo que, 4 setores retrocederam, o (PG&B), (C&T), (F&O) (UT), correspondendo a 44% dos analisados.

Os ativos classificados como mantidos até o vencimento retrocederam em dois setores, no (PG&B) que houve uma queda de 100%, e o setor de (UT) que caiu 0,33. Os demais setores permaneceram estagnados. Destaca-se o setor de (C&T) que tem o maior índice dos setores.

Quanto aos ativos derivativos, destacam-se os setores de (BI), (CNC), (F&O) e (PG&B) tiveram o índice de comparabilidade plena em 2013.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

A pesquisa tem como principal objetivo, verificar os níveis de comparabilidade das escolhas contábeis das empresas que compõem o índice IBrX-50 para o ano de 2013 até o 3º trimestre de 2014.

De acordo com os dados levantados, pode-se identificar níveis de comparabilidade de forma geral, e com base no setor de atuação de cada organização, ou seja, comparabilidade setorial. Segundo Cerqueira *et al.* (2012) afirmam que apesar de a legislação permitir a mensuração de ativos tangíveis e intangíveis pelo custo atribuído, tal fato não fora percebida pelos investidores, corroborando, com a presente pesquisa, uma vez que nenhuma empresa optou por mensurar seus ativos pelo custo atribuído.

Klan *et al.* (2010) apontaram o acréscimo dos derivativos nos ativos e passivos, com superioridade do ativo, entretanto, pode-se perceber na pesquisa, o contraditório, pois em relação aos dados da pesquisa de Reina, Silva e Reina (2013) para a presente pesquisa, o número de empresa que não possuem derivativos aumentaram 200%.

A pesquisa obteve comparabilidade média para o CPC 16 - Estoque de 0,34; CPC 27 – Imobilizados 0,9; CPC 04 intangíveis 0,85 e CPC 38 instrumentos financeiros, por meio do



resultado 0,92; disponíveis para venda 0,29; empréstimos e contas a receber 0,62; mantidos até o vencimento 0,32 e derivativos 0,62.

Considerando os dados obtidos de Reina, Silva e Reina (2013) para a presente pesquisa, as variações mais relevantes foram nos instrumentos financeiros, dado que os setores com índices críticos avançaram como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e os derivativos. Contudo, os índices considerados comparáveis recuaram, sendo os instrumentos financeiros mensurados por meio do resultado e os empréstimos e contas a receber. Pode notar que nenhum índice avançou de 2013 para 2014, assim concluir que os relatórios contábeis trimestrais não estão evidenciando tudo conforme a legislação.

Souza *et al.* (2013) descreve que o estoque é avaliado pelo custo médio de forma predominante, nesta pesquisa, obteve o mesmo resultado apesar dos índices do CPC 16 Estoque serem críticos, no qual precisa ser melhorado, não obstante, observa-se na pesquisa, que tal índice não tende a melhorar. Os ativos imobilizados e intangíveis tiveram variações mínimas, por isso, continuam com bons níveis de comparabilidade.

Em relação aos setores, destaca-se como os setores mais comparáveis em relação às práticas contábeis, sendo eles, o de bens industriais e o de consumos não cíclicos, ao passo que, financeiros e outros, petróleo, gás ou bicom bustíveis e utilidade pública pelo lado negativo, como os setores não passíveis de comparação ou aqueles que mais recuaram.

Este trabalho limitou-se aos CPC 16 Estoque; CPC 27 Imobilizados; CPC 04 Intangíveis e CPC 38 Instrumentos financeiros referentes ao período de 2013 até o 3º trimestre de 2014. Sugere-se como tema para novas pesquisas a abordagem das práticas contábeis referentes a outros pronunciamentos.

REFERÊNCIAS

- Barth, E. M. (2013). Global Comparability in Financial Reporting: What, Why, How, and When? *China Journal of Accounting Studies*. v. 1, nº 1, p. 2-12.
- Barth, E. M. (2014). Measurement in Financial Reporting: The Need for oncepts. *Accounting Horizons*. v. 28, nº 2, p. 331-352.
- BRASIL. (2005). Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº1.055**, de 7 de outubro de 2005. Publicada no DOU em 24 de outubro.
- BRASIL. (2007). Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº457**, de 13 de julho de 2007. Publicada no DOU em 16 de julho.
- BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- CARMO, C. H.; RIBEIRO, A. M. & CARVALHO, L. N. G. (2011). **Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico da aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas**. Revista de contabilidade e finanças, 22(57), 242 –262, set/dez.
- CARVALHO, F. M. & COLARES, A. C. V. (2013). **As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira que surgiram a partir do processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade sob a ótica dos profissionais**



contábeis. Revista de contabilidade e controladoria, Universidade Federal do Paraná, 05(3), 131–146, set./dez..

CERQUEIRA, D. A. C.; REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z. & SILVA, J. M. (2012). **O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 17(3), 23, set./dez.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: Novembro/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis 2011. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: Novembro/2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos financeiro: Reconhecimento e mensuração. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=69>>. Acesso em: Julho/2015

GONÇALVES, J. C.; BATISTA B. L. L.; MACEDO, M. A. S. & MARQUES, J. A. V. DA C. (2014). **Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: Um estudo com base na relevância da informação contábil.** Revista universo contábil, 10(3), 25–43, jul./set.

KANG, J. K. & STULZ, R. (1997). Why is there a home bias? An analysis of foreign portfolio equity ownership in Japan. Journal of Financial Economics, 46, 3-28.

KLANN, R. C.; CUNHA, P. R. & TOLEDO FILHO, J. R. (2010). **Participação dos instrumentos financeiros derivativos no balanço patrimonial de companhias brasileiras.** Revista de informação contábil, 4 (2), 65–84, abr./jun.

LEMES, S. & SILVA, M. G. (2007). **A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS.** Contabilidade vista & revista, 18(3), 37–58, jul./set.

LOPES, C. C. V. de M. (2003). **Combinações de empresas pelo método de compra dos ativos: Análise comparativa entre as normas do IASB e as do Brasil.** Revista contabilidade & finanças, Edição comemorativa, 79–87, out.

MACEDO, M. A. da S; MACHADO, M. A. V. & MACHADO, M. R. (2013). **Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade.** Revista universo contábil, 9(1), 65–85, jan./mar.

MACÊDO, H. C.; PAULO, E.; MARTINS, V. G. & NIYAMA, J. K. (2011). **Análise da sensibilidade do resultado contábil às variações do ativo permanente ocasionadas pela lei Nº. 11.638/07.** Revista de informação contábil, 05(3), 43–58, jul./set.



MACHADO, L. de S.; FLORESTA, M. S. & MACHADO, M. R. R. (2014). **Evidenciação e divulgação das práticas contábeis aplicadas aos ativos imobilizados e intangíveis, por entidades localizadas em Goiás, sob a ótica das IFRS.** *Revista de contabilidade da UFBA*, 7(3), 23–37, mar./dez.

MARTINS, O. S. & PAULO, E. (2010). **Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto do Brasil.** *Revista de contabilidade e organizações*, 04(9), 30–54, mai./ago.

MOREIRA, R. de L.; ENCARNÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. de A.; ANGOTTI, M. & COLAUTO, R. D. (2013). **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** *Revista de contemporânea de contabilidade*, 10(19), 119–140, jan./abr..

OLIVEIRA, V. A. & LEMES, S. (2011). **Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: Uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras.** *Revista de contabilidade e finanças*, 22(56), 56–155, mai./ago.

REINA, D. R. M.; SILVA, S. F. & REINA, D. (2014). **Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade.** *Revista contemporânea de contabilidade*, Florianópolis, 11(23), 77–94, mai./ago.

SANTOS, N. de A.; RAIMUNDINI, S. L. & SOUZA, A. B. (2007). **A evidenciação contábil: Análise comparativa da aplicação das normas internacionais de contabilidade e das normas vigentes no Brasil em operações de arrendamento mercantil financeiro.** *Enfoque: Reflexão contábil*, 26 (2), 72–87, mai./ago.

SANTOS, A. C.; STAROSKY FILHO, L. & KLANN, R. C. (2014). **Efeitos do processo de convergência no *value relevance* das demonstrações contábeis de organizações brasileiras.** *Revista contemporânea de contabilidade*, 11(22), 95–118, jan./abr.

SANTOS, E. S. & CIA, J. N. de S. (2009). **Impactos esperados da harmonização internacional no lucro das empresas brasileiras, na *proxy* do ajustes BRGAAP/USGAAP reportados pelas emissoras de ADRS na NYSE.** *Revista de contabilidade e organizações*, 3(6), 57–80, maio/ago.

SILVA, C. B. A.; RAMOS, F. das N.; MENDONÇA, K. F. C. e NASCIMENTO, S. A. (2003). **Uma abordagem sobre as transformações de sociedades e a necessidade de harmonização de normas contábeis.** *Contabilidade vista & revista*, ed. Especial, 123–143, nov..

SOUZA, J. A.; VARGAS, L. H. F.; SARLO NETO, A. & DEMONIER, G. B. (2013). **Práticas contábeis de empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais.** *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18(3), 55–76, set./dez.

SOUZA, Fláida Êmine Alves; BOTINHA, Reiner Alves e SILVA, Pablo Rogers. (2014). **A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: Uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas.** VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro.

Taplin, R. H. (2011). The Measurement of Comparability in Accounting Research. *ABACUS*, v. 47, nº 3, p. 383-409.